

GETNINJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.127.813/0001-51
NIRE 35.300.518.586

**MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Data: 28 de abril de 2023
Horário: 9 horas

GETNINJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.127.813/0001-51
NIRE 35.300.518.586

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	5
MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS - INFORMAÇÕES GERAIS	8
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	12
ANEXO II – ITEM 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	34
ANEXO III – DECLARAÇÃO ACERCA DA INDEPENDÊNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	41
ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	50

GETNINJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.127.813/0001-51
NIRE 35.300.518.586

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **GETNINJAS S.A.**, companhia aberta, com sede localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85, 3º andar, CEP 05423-040, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 14.127.813/0001-51, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 25887 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º ao 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, de modo presencial, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 9 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) a tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia;
- (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (iii) a definição o número de membros do Conselho de Administração;
- (iv) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (v) a fixação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2023.

Instruções e informações gerais:

A participação dos acionistas na AGO será de forma presencial ou por meio de boletim de voto à distância.

O acionista que desejar participar da AGO de forma presencial deverá encaminhar e-mail para o endereço juridico@getninjas.com.br, com antecedência de 2 (dois) dias da Assembleia, ou seja, até às 9:00 do dia 26 de abril de 2023, o qual deverá conter toda a documentação necessária conforme especificado na Proposta de Administração.

Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGO munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente, nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º da Resolução CVM 81.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii)

transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto** para fins de participação na AGO.

A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo necessário nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO.

Nos termos da Resolução CVM 166 e dos artigos 289, 294-A e 294-B da Lei das S.A., a Companhia foi dispensada de publicar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em jornal de grande circulação.

Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninja.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Andrea Di Sarno Neto
Presidente do Conselho de Administração

GETNINJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.127.813/0001-51
NIRE 35.300.518.586

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da GetNinjas S.A. ("**Companhia**") apresenta a seguir a sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 9 horas nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**" e "**AGO**", respectivamente).

- (i) **Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração da Companhia, o relatório dos auditores independentes da Companhia e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia.**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores da Companhia, e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da Administração, o relatório dos Auditores Independentes e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2023.

Vale notar que a BDO RCS Auditores Independentes, empresa especializada de auditoria independente da Companhia ("**Auditores Independentes**"), emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Administração recomenda a V.Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas, o relatório dos Auditores Independentes e o relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninjas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). Ademais, a Administração informa que houve a dispensa da publicação das demonstrações financeiras em jornal de grande circulação, nos termos da Resolução CVM 166 e dos artigos 289, 294-A e 294-B da Lei das S.A.

De acordo com o disposto no artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, os comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da seção 2 do Formulário de

Referência, estão previstos no **Anexo I** desta proposta da administração para a AGO (**"Proposta da Administração"**).

(ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo consolidado no montante de R\$ 15.843.500,13 (quinze milhões, oitocentos e quarenta e três reais e treze centavos).

O prejuízo do exercício será destinado a conta de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido. Tendo em vista a ausência de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia não apresentará o Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010/14687) e permissão do Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

(iii) Definição do número de membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral para mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Cabe à Assembleia Geral determinar o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos e cada mandato.

A Administração propõe que o número de membros efetivos seja de 7 (sete) membros efetivos com mandato unificado de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração da Companhia propõe a eleição, para um mandato de 2 (dois) anos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, dos seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia:

Candidato	Cargo
Andrea Di Sarno Neto	Membro independente e Presidente do Conselho de Administração
Ariel Lambrecht	Membro independente do Conselho de Administração
Eduardo Orlando L'Hotellier	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Gregory Louis Reider	Membro independente do Conselho de Administração
João Nascimento Nerasti	Membro independente do Conselho de Administração
Lucas Barcelos Vargas	Membro independente do Conselho de Administração
Claudio Kawa Hermolin	Membro independente do Conselho de Administração

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe que o Sr. Andrea Di Sarno Neto e o Sr. Eduardo Orlando L'Hotellier sejam eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, nos termos do artigo 21, § 1º, do Estatuto Social.

A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas

possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade.

Em atendimento ao artigo 11 da Resolução CVM 81, as informações dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência sobre os candidatos para os cargos de membro do Conselho de Administração encontram-se no **Anexo II** a esta Proposta da Administração.

A Companhia apresenta, na forma do **Anexo III** desta Proposta da Administração, as declarações dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração encaminhadas à Companhia, atestando seus respectivos enquadramentos em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3. Ademais, para fins do artigo 17, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e, conforme declarações fornecidas e informações prestadas, nos termos das declarações constantes do **Anexo III** desta Proposta da Administração, os membros do Conselho de Administração manifestam-se favoravelmente quanto ao enquadramento dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

(v) Remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2023.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (isto é, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) no montante de até R\$ 10.804.273,00 (dez milhões, oitocentos e quatro mil, duzentos e setenta e três reais), valor que representa redução no montante global, em comparação com o aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos Administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência no **Anexo IV** desta Proposta da Administração.

GETNINJAS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 14.127.813/0001-51
NIRE 35.300.518.586

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS - INFORMAÇÕES GERAIS

1 Instalação da AGO

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

2 Orientações para participação dos acionistas na AGO

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) – em ambos os casos, de forma presencial, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) –, ou por meio dos mecanismos de votação à distância.

2.1 Participação presencial

Os acionistas que desejarem participar da AGO deverão encaminhar e-mail para o endereço juridico@getninjas.com.br, com antecedência de 2 (dois) dias da Assembleia, ou seja, até às 9:00 do dia 26 de abril de 2023, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme especificado abaixo).

Os acionistas deverão encaminhar, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos:

Pessoa Física: cópia do documento de identidade do acionista;

Pessoa Jurídica: (i) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e

Fundo de Investimento: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (ii) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento.

Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGO munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81.

Aos acionistas que forem representados por meio de procuração, deverá ser apresentado o instrumento de mandato outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa física ou que não assinar a procuração em seu próprio nome, deverá apresentar os documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas no Edital de Convocação e neste Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto à Distância.

2.2 Participação mediante envio do Boletim de Voto à Distância

O boletim de voto à distância deve ser preenchido caso o acionista opte por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 (**"Boletim de Voto"**). Nesse caso, é imprescindível que o boletim seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Economia, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da AGO, as seguintes instruções deverão ser observadas: (i) os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e (ii) o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto.

Nesse caso, o acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos por e-mail (juridico@getninjas.com.br), informando um endereço de e-mail para eventual contato, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, tendo como assunto "GetNinjas – AGO 2023" e assegurar que a Companhia os receba **até 7 (sete) dias antes da data da AGO**:

(a) cópia do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoa Física: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do Acionista;

Pessoa Jurídica: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal e último estatuto ou contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista; e

Fundo de Investimento: documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia, excepcionalmente para esta AGO, dispensará a apresentação dos originais, bem como o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e apostilamento daqueles assinados fora do país, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em língua diversa da portuguesa.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação não será considerado válido e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Resolução CVM 81.

A Companhia comunicará o acionista se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido, em até 3 dias úteis do recebimento dos documentos.

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas com instituições e/ou corretoras ("**Agentes de Custódia**") na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), caso estes prestem esse tipo de serviço. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia. O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia com o qual mantém suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento deste Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia, o Itaú Corretora de Valores S.A. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no seguinte endereço:

<https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>.

O Boletim de Voto encontra-se disponível nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninjas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br/).

2 Orientações para participação dos acionistas na AGO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10º da Resolução CVM 81, informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram disponibilizados em 28 de março de 2023 nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninjas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Nos termos da Resolução CVM 166 e dos artigos 289, 294-A e 294-B da Lei das S.A., a Companhia foi dispensada de publicar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em jornal de grande circulação.

Relatório do Comitê de Auditoria e Parecer dos auditores independentes

O relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foram disponibilizados em 28 de março de 2023 nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninjas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi disponibilizado em 28 de março de 2023 nos *websites* da Companhia (<https://ri.getninjas.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

**ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

*(nos termos da seção 2 do Formulário de Referência, conforme
artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81)*

(Anexo inicia na próxima página)

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações detalhadas contidas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB). Para fins da apresentação das demonstrações contábeis, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2017 e foi preparado para fins de comparação com os exercícios subsequentes.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pela diretoria da Companhia ("Diretoria"), com o esclarecimento dos resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais. Assim, constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis ou nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia. A Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários da Diretoria, ora apresentados, traduzem sua visão e percepção sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como, visam fornecer aos investidores e demais agentes do mercado, informações que os ajudarão a comparar: (i) as demonstrações contábeis, respectivamente referentes (a) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021; (ii) as mudanças nas principais rubricas de tais demonstrações contábeis de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam as mudanças descritas no item "ii" anterior.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas determinadas adiante significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis ao longo de períodos distintos. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma coluna (i) em relação à receita operacional líquida de um determinado período, quando da análise das demonstrações dos resultados; ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo, nos respectivos períodos e exercícios, quando da análise do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Ainda que não possa garantir que a situação a seguir permanecerá inalterada, a Diretoria: (i) entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócios, desenvolver seus projetos e cumprir suas obrigações no curso normal de suas atividades; e, (ii) ainda que deixe de as possuir, acredita que, se necessário, terá capacidade para contratar linhas de financiamento para tais finalidades.

O quadro a seguir apresenta informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referente em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	180.819	293.276
Títulos e valores mobiliários	92.833	-

Empréstimo e financiamentos de curto prazo	-	-
Dívida Bruta	-	-
Dívida Líquida (Liquidez líquida)	(180.819)	(293.276)
Patrimônio Líquido	(278.757)	(286.746)
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	(64, 67%)	(102,28%)
Ativo Circulante	277.952	301.139
Passivo Circulante	17.916	19.884
Liquidez corrente (vezes)	15,51	15,14

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 180.819 mil e os títulos e valores mobiliários de R\$92.833. Os principais destinos são para cumprimento dos investimentos na plataforma e operação corrente da Cia.

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 293.276 mil tendo em vista o aumento de capital em decorrência do IPO com entrada líquida de caixa no valor de R\$ 303.398. mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 277.952, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$ 17.916 mil, representando um índice de liquidez corrente de 15,51. Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 301.139 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$ 19.884 mil, representando um índice de liquidez corrente de 15,14.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o índice de relação de capitais de terceiros e capitais próprios (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) era de 0,07 e 0,07, respectivamente.

Não houve variação do índice da relação de capitais de terceiros e capitais próprios entre os exercícios, sendo equivalente a R\$ 306.630 em 31 de dezembro de 2021 e a 298.016 em 31 de dezembro de 2022. Os saldos da conta de Adiantamento de Clientes são oriundos dos ajustes de reconhecimento de receita com base no CPC 47 (IFRS 15).

A Companhia no período de 2022 e 2021 não registrou em seus balanços captação de empréstimos junto a instituições financeiras ou terceiros. O financiamento de suas operações é realizado basicamente por meio da geração própria de caixa oriunda das suas operações e da sua posição de caixa.

A Cia não possui de dívida bancária nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou prejuízo líquido nos montantes de 15.843 mil e R\$ 41.004 mil, respectivamente e um passivo de 17.916 mil e R\$ 19.884 mil, respectivamente. O saldo da conta de prejuízos acumulados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 96.700 mil e R\$ 80.857 mil, respectivamente.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria entende que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada para consecução de seu projeto de negócios, visando o retorno do investimento no longo prazo. O modelo atual de financiamento para o crescimento da Companhia consiste na utilização de recursos próprios gerados pela operação e da sua posição de caixa.

A tabela abaixo apresenta informações sobre a estrutura de capital da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante)	19.259	19.884
Capital próprio (patrimônio líquido)	278.757	286.746
Capital total (terceiros + próprio)	298.016	306.630

Conforme demonstrado na tabela acima, percebe-se que, não houve variação significativa da sua estrutura de Capital nos períodos de 2021 e 2022.

A Diretoria acredita que possui liquidez e recursos de capital suficientes para honrar suas obrigações assumidas apresentadas nas demonstrações contábeis até a data deste Formulário de Referência, embora não possa garantir que tal situação seja mantida nos próximos exercícios.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a sua posição de caixa, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e pelo suporte dos acionistas que ao longo do período de agosto de 2011, até 31 de dezembro de 2022, aportaram R\$ 364.666 mil no capital social da Companhia. Maiores detalhes estão mencionados na seção 1.1 deste Formulário de Referência. A Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos no curto prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, são os resultados gerados pelas operações próprias, além da sua posição de caixa. A Diretoria acredita que estas fontes são suficientes para a manutenção das disponibilidades de caixa da Companhia em níveis apropriados para o desempenho atual de suas atividades.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez, mantidas as condições macroeconômicas atuais, a Companhia pretende continuar utilizando-se do caixa gerado por meio das suas atividades operacionais e, caso necessário, empréstimos e financiamentos de terceiros para capital de giro e investimentos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais por meio de rodadas de aporte de capital junto aos acionistas, caso haja necessidade.

Não obstante as fontes de recursos terem sido suficientes no passado, no futuro caso a Diretoria julgue necessário, a utilização de outras fontes de financiamento, inclusive, sem limitação,

instrumentos de mercado de capitais ou financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia mantenha relacionamento, de forma a fazer frente a necessidades de capital, inclusive as de giro no curto prazo.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui endividamento.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía qualquer relação de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

A Companhia não possui empréstimos com instituições financeiras.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui endividamento.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data do presente Formulário de referência, a Companhia não possui nenhum financiamento contratado

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e balanço patrimonial relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram extraídas das demonstrações contábeis auditadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos relatórios desses auditores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o prejuízo do exercício foi de 15.843 mil. Houve redução da receita líquida em 2022 comparado com o mesmo exercício de 2021 no montante de R\$ 5.407 mil. Por outro lado, ocorreram acréscimos de gastos com salários e remunerações de empregados de 6.753 mil e redução significativa nas verbas com propaganda e mídia digital 26.500 mil. Como resultado do aumento das vendas, embora a Companhia ainda tenha apurado prejuízo neste exercício, o mesmo, foi inferior ao apurado no exercício anterior.

Na sequência, são apresentadas as Demonstrações de Resultado dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para os quais, a Diretoria da Companhia esclarece a composição e variação dos itens mais relevantes entre os períodos.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS DE UM MÊS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Período de um mês findo em
--	----------------------------

	31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
(R\$ mil, exceto %)					
Receita operacional líquida	57.028	100,0%	62.435	100,0%	(8,7%)
Custos operacionais	(5.546)	(9,7%)	(6.129)	(9,8%)	(9,5%)
Lucro Bruto	51.482	90,3%	56.306	90,2%	(8,6%)
Despesas e receitas operacionais	(100.153)	(160,4%)	(108.394)	(173,6%)	(7,6%)
Despesas comerciais	(35.362)	(57,1%)	(62.132)	(99,5%)	(42,7%)
Despesas gerais e administrativas	(65.055)	(104,2%)	(45.513)	(72,9%)	42,9%
Outras receitas e despesas, líquidas	534	0,86%	(749)	(1,2%)	171,3%
Resultado financeiro, líquido	32.828	52,6%	11.084	17,8%	196,2%
Receitas financeiras	33.052	52,9%	11.350	18,2%	191,2%
Despesas financeiras	(224)	(0,4%)	(266)	(0,4%)	15,8%
Resultado antes de IRPJ e CSLL	(15.843)	(25,4%)	(41.004)	(65,7%)	61,6%
Provisão para IRPR e CSLL	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(15.843)	(25,4%)	(41.004)	(65,7%)	61,6%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida reduziu em R\$ 5.407 mil, ou 8,7%, passou de R\$ 62.435 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 57.028 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente, devido a um contexto econômico mais adverso que inclusive apresentou uma redução nas buscas por serviços na internet. Além disso, um ano com inflação ainda em patamares elevados e uma taxa de juros elevada que acaba impactando a procura por serviços de reformas e reparos, nossa principal categoria. Por outro lado, trabalhamos com indicadores operacionais mais positivos em 2022, com investimento de Marketing 43% inferior na comparação entre os períodos, reduzindo assim o custo de aquisição de profissionais e clientes.

Custos operacionais

O saldo de custos operacionais reduziu em R\$ 583 mil, ou 9,5%, de R\$ (6.129) mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 5.546 mil no período encerrado em dezembro de 2022, principalmente uma redução na quantidade de SMS enviados e queda nos custos de transação de cartão de crédito, diretamente impactado pelo crescimento dos pagamentos por PIX. O custo com servidores se manteve em patamar semelhante ao de 2021 pois mantivemos a quantidade de transações sendo realizada na plataforma.

Lucro bruto

Em decorrência da redução na receita líquida, o lucro bruto reduziu de R\$ 56.306 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 51.482 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$ 4.824 mil ou 8,6%.

Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais reduziram em R\$ 8.241 mil ou 7,6%, passando de R\$ (108.394) mil, no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ (100.153) mil no mesmo período de dezembro de 2022, em razão das seguintes variações:

- Redução de R\$ 26.100 mil ou 42,7% nas despesas comerciais, que passaram de R\$ (62.132) mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ (35.632) mil em 31 de dezembro de 2022 principalmente devido à redução de investimentos em Marketing de Performance.

- Aumento de R\$ 19.542 mil ou 42,9% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$ (45.513) mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$ (65.055) mil em 31 de dezembro de 2022 em função principalmente na folha de pagamentos, contratação de consultoria estratégica (não recorrente), plano de opção de compra de ações (início das despesas apenas em setembro de 20/21), equipes de vendas terceirizadas e serviços de terceiros por exemplo: assessoria jurídica e recrutamento, dentre outros.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido variou positivamente em R\$ 21.744 mil, na comparação entre o resultado positivo de R\$11.084 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, e o resultado positivo de R\$ 32.828 mil no período de dezembro de 2022, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$ 21.702 mil ou 191,2%, entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 pelo fato do IPO ter sido realizado em maio de 2021, onde as aplicações financeiras sobre o valor captado impactaram nossas receitas financeiras somente em 7 meses. Porém em 2022 tivemos a receita financeira ao longo de todo o exercício além do aumento da taxa de juros entre 2021 e 2022.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou um prejuízo no montante de R\$ (15.843) mil o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado a um prejuízo de R\$ (41.004) mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação positiva de R\$ 25.1 mil ou 61,4% entre os períodos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

Por conta do prejuízo apurado no período de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou em suas demonstrações de resultados, saldos de imposto de renda e contribuição social.

Prejuízo do exercício

O prejuízo líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ (15.843) mil, foi superior em R\$ 25.161 mil ao prejuízo líquido no período de dezembro de 2021.

BALANÇO PATRIMONAL

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Em 31 de dezembro de		Em 31 de dezembro de		AH
	2022	AV	2021	AV	
(R\$ mil, exceto %)					
Ativo					
Circulante	277.952	93,3%	301.139	98,2%	(7,7%)
Caixa e equivalentes de caixa	180.819	60,7%	293.276	95,6%	(38,4%)
Títulos e valores mobiliários	92.833	31,2%	0	0,0%	
Contas a receber	3.669	1,2%	4.878	1,6%	(24,8%)
Impostos a recuperar	7	0,0%	2.473	0,8%	(99,7%)
Adiantamentos e fornecedores	19	0,0%	28	0,0%	(32,1%)

Outros ativos	605	0,2%	484	0,2%	25,0%
Não circulante	20.064	6,7%	5.491	1,8%	265,4%
Outros ativos	0	0,0%	5	0,0%	(100,0%)
Impostos a Recuperar	5.210	1,8%	0	0,0%	100,0%
Imobilizado	3.038	1,0%	1.741	0,6%	74,5%
Direito de Uso	1.099	0,4%	0	0,0%	100,0%
Intangível	10.717	3,6%	3.745	1,2%	186,2%
Total do ativo	298.016	100,0%	306.630	100,0%	-2,8%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	17.916	6,0%	19.884	6,5%	9,9%
Fornecedores	5.765	1,9%	9.261	3,0%	37,7%
Obrigações tributárias	73	0,0%	496	0,2%	85,3%
Obrigações trabalhistas	5.728	1,9%	4.420	1,4%	(29,6%)
Adiantamentos de clientes	3.473	1,2%	3.927	1,3%	11,6%
Contas a pagar	2.776	0,9%	1.780	0,6%	(56,0%)
Passivo de arrendamento	101	0,0%	0	0,0%	(100,0%)
Não circulante	1.343	0,5%	0	0,0%	(100,0%)
Provisão para ações judiciais	22	0,0%	0	0,0%	(100,0%)
Passivo de arrendamento	1.321	0,4%	0	0,0%	(100,0%)
Patrimônio líquido	278.757	93,5%	286.746	93,5%	(2,8%)
Capital social	364.666	144,4%	364.666	118,9%	0,0%
Prejuízos acumulados	(96.700)	(32,4%)	(80.857)	(26,4%)	(19,6%)
Reserva de capital	10.791	3,6%	2.937	1,0%	267,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	298.016	100,0%	306.630	100,0%	(2,8%)

Ativo circulante

O ativo circulante reduziu (7,7%) ou R\$ 23.187 mil, passando de R\$ 301.139 mil em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 277.952 mil em 31 de dezembro de 2022. O ativo circulante representava 98,2% do total do ativo em 31 de dezembro de 2021 e 93,3% em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu principalmente das variações abaixo descritas:

- Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 293.276 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 180.819 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ (112.457) mil, ou (38,35%), devido principalmente a realocação na classificação de R\$ 92.833 mil para Títulos e valores mobiliários.
- Redução no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$ 2.497 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação de R\$ 2.466 mil ou 99,7%, devido a reclassificação dos impostos para o ativo não circulante.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou R\$ 14.573 mil ou 265,4%, passando de R\$ 5.491 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 20.064 mil em 31 de dezembro de 2022. O ativo não circulante representava 1,8% do total do ativo em 31 de dezembro de 2021 e 6,73% em 31 de dezembro de 2022. Essa variação decorreu principalmente a reclassificação dos impostos a recuperar e o aumento do ativo intangível.

Passivo circulante

O passivo circulante reduziu 9,9%, ou R\$ 1.968 mil, passando de R\$19.884 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 17.916 mil em 31 de dezembro de 2022. O passivo circulante representava 6,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 6,0% em 31 de dezembro de 2022. As principais explicações deste indicador estão abaixo descritas:

- Redução no saldo de fornecedores, no montante de R\$ 3.496 mil, ou 37,7%, passando de R\$9.261 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.765 mil em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da redução no montante em fornecedores de marketing.
- Aumento no saldo de obrigações trabalhistas, no montante de R\$ 1,308 mil, ou 29,6%, passando de R\$ 4.420 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.728 mil em 31 de dezembro de 2022, em decorrência principalmente que em 2021 efetuamos o pagamento da folha de dezembro dentro do mês corrente e em 2022 o pagamento foi efetuado em janeiro 2023.
- Aumento no saldo de contas a pagar, no montante de R\$ 996 mil, ou 56%, passando de R\$ 1.780 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.776 mil em 31 de dezembro de 2022, em decorrência da provisão de premiação aos funcionários da cia.

Passivo não circulante

O passivo não circulante teve um aumento para R\$ 1.343 mil, em 31 de dezembro de 2021 não tínhamos registro nessa conta e para R\$ 1.343 em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento ocorreu principalmente em razão ao passivo de arrendamento do contrato de aluguel do novo escritório da Cia, assinado em 2022.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido apresentou uma redução em R\$ 7.989 mil, passando de um saldo de 286.746 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 278.757 mil em 31 de dezembro de 2022. O patrimônio líquido representava 93,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 93,5% em 31 de dezembro de 2022. Referida redução é representado basicamente pelo aumento do prejuízo acumulado da companhia e aumento da reserva de capital sobre o programa de opções de ações.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as informações extraídas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Período de um mês findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
(R\$ mil)		
Caixa gerado das/ (aplicado nas) atividades operacionais	(10.423)	(33.026)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento	(102.034)	(5.088)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento	-	329.985

(=) Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(112.457)	291.871
--	-----------	---------

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais reduziu 68%, passando de R\$ (33.021) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ (10.423) mil gerados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente em decorrência da redução dos investimentos em Marketing.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento aumentou em 1.905%, passando de R\$ (5.088) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ (102.034) mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente em decorrência de aplicações financeiras com carência superior a 120 dias no valor de R\$ 92.833mil.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não correram aplicações nas atividades de financiamentos e no exercício encerrado em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 329.985 mil. Esta variação é justificada em decorrência do aumento de capital ocorrida em 2021, ano do IPO da companhia.

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia reconhece receitas de seu segmento operacional, pela venda de pacotes de moedas digitais aos clientes (profissionais), para que estes as utilizem na plataforma da Companhia. A receita é reconhecida quando tais profissionais utilizam as moedas digitais adquiridas para receberem o contato de clientes e dessa forma negociar a realização dos seus serviços junto ao cliente final (usuário do serviço). Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu receitas líquidas de R\$ 57.028 mil.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 2.1, os resultados operacionais da Companhia foram impactados pela redução no volume de investimentos de Marketing para captação de Profissionais e Clientes.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Conforme comentários da Diretoria constantes do item 2.1 deste Formulário de Referência, a totalidade da receita da Companhia, que é proveniente da venda de moedas digitais aos clientes (profissionais) tem variações diretamente atribuíveis ao (i) volume de contratações de serviços realizadas na plataforma online da Companhia; (ii) número de profissionais ativos; e (iii) receita média por profissional. Regularmente a Companhia avalia a precificação dos leads liberados aos profissionais, portanto, a variação na receita foi impactada também por incremento de preços.

Não há variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A totalidade da receita de venda de moedas digitais aos clientes (profissionais) tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações e variação de preços dos leads para as contratações de serviços realizadas na plataforma *online* da Companhia.

Uma parte do custo da Companhia é relacionado aos servidores e é diretamente impactado pela variação cambial. Já as principais despesas são as relacionadas a marketing e pessoas, tendo essa última, uma relação direta com a inflação.

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25); Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

B) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia

C) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

f) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. Não houve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2022

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:

a. Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024.

b. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas normas e não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Impacto nas demonstrações contábeis

Não ocorram impactos nas demonstrações contábeis no período de 2022, 2021 e 2020.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não foram identificados efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não ocorreram nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e Entidades controladoras são disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência. A Companhia não realizou nenhuma aquisição de participação societária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação às suas atividades e que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou na apuração dos resultados da Companhia.

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“**Resolução CVM 156**”), conciliada com suas demonstrações contábeis e consiste no lucro (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização (“**EBITDA**”). A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA não é uma medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representa os fluxos de caixa dos exercícios apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
EBITDA Ajustado	(39.716)	(48.771)	(237)
Margem EBITDA Ajustado	(70%)	(78%)	(0,57%)

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta o EBITDA e a Margem EBITDA apresentados pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício/período	(15.843)	(41.004)	(890)
(+) Resultado financeiro líquido	32.828	11.084	136
(+) Depreciação e amortização	1.047	380	385
(+/-) Imposto de renda e	-	-	132

contribuição social			
EBITDA	(47.570)	(48.771)	(237)
Receita operacional líquida	57.028	62.435	41.806
Margem EBITDA	(70%)	(78%)	(0,57%)

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade de sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, financeiros e outros impactos. O EBITDA e a Margem EBITDA são informações adicional às demonstrações contábeis e não devem ser utilizados em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas. O EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes apresentados por outras companhias.

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Redução do valor justo das cotas de certos fundos de investimentos

A Administração da Companhia informa que possui aplicações financeiras através de seu fundo exclusivo. Alguns fundos possuem investimentos em papéis de uma empresa de grande porte que entrou em recuperação judicial e precisaram ser re-precificados para refletir o valor de mercado desses papéis. Como consequência, o retorno desses fundos sofreu impacto em sua rentabilidade, impactando o resultado financeiro da Companhia. A Administração informa que não houve perda no valor do principal de suas aplicações consolidadas de investimentos, porém a performance dos fundos de crédito corporativo comparado a rentabilidade do CDI ficou abaixo no período acumulado janeiro/23 e fevereiro/23 em R\$ 2.920 mil.

Esse impacto foi refletido em uma receita financeira líquida acumulado janeiro/23 e fevereiro/23, que ficou na ordem de R\$ 2.273 mil, o valor menor que a média dos últimos meses de 2022. A Administração vem acompanhando junto aos gestores dos fundos as estratégias que os mesmos vem adotando no sentido de minimizar o impacto na rentabilidade das aplicações.

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Tema 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297

Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.

Tema 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227

Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 25 de julho de 2011, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, distribuição aos acionistas de um dividendo obrigatório de 0,01% do lucro líquido pagável no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, sendo que o saldo remanescente é destinado à conta reserva de lucros, salvo deliberação em contrário da assembleia geral.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar a retenção de parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, a Companhia poderia levantar balanços intermediários e, por deliberação da assembleia geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reserva de lucros.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, os investimentos da Companhia foram primordialmente com foco na ampliação da sua base de clientes. Além disto, a Companhia realizou investimentos para busca de profissionais de mercado com qualificação e alinhados com a cultura da empresa.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente por recursos aportados pelos acionistas e pela geração de caixa das operações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia está estruturando seu plano de negócios para inserção de oportunidades com relação a questões ASG e deverá reportar referidas informações em próximos exercícios.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Os Diretores entendem que os fatores que afetam o desempenho operacional da Companhia foram identificados nos demais itens desta seção 2 e estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Gastos com verbas Publicitárias e Mídias Digitais

As ações de publicidade são essenciais e estratégicas para a Companhia, sendo um elemento importante na aquisição e retenção de clientes e profissionais.

As estratégias de aquisição da Companhia são compostas por mídias pagas de performance (*Google Ads*, *Facebook Ads*, *Parceiros Remarketing*), combinadas com tráfego não pago (tráfego direto e orgânico na plataforma). Ações e investimentos de *branding* para fortalecimento da marca (tais como campanhas de TV, *Influencer Marketing* e *Social Media*) alavancam a aquisição de tráfego não pago para a plataforma (*web* e *apps*), possuindo um impacto relevante na eficiência de longo prazo da nossa estratégia de aquisição.

Após a etapa de conversão de um cliente e de um profissional, o objetivo passa a ser retenção e aumento de frequência da contratação de serviços, sendo isso atingido através da experiência oferecida pela plataforma (*user experience* ou “ux”, navegação e recomendações personalizadas, algoritmo de listagem otimizados a nível de usuário e geolocalização, atendimento) atrelada à manutenção de “*top of mind*” por reforço da marca online (*influencers* e *remarketing*) e *offline* (TV aberta e paga). Como citado, os pilares de *marketing* de aquisição são:

- Mídias online de Performance: otimizadas através do CAC (custo por aquisição de novo comprador), direcionando investimento para mídias mais eficientes acompanhando cada touchpoint do usuário na plataforma e o impacto da mídia na sua ativação.
- Mídias Pagas de Branding: otimizadas através do impacto direto e indireto em tráfego orgânico (aquisição de novos clientes e profissionais sem investimento direto em mídias pagas) e aquisição de novos clientes e profissionais na plataforma.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis a publicidade e propaganda.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o gasto com marketing para aquisição de novos profissionais e clientes pela Companhia foram de R\$ 35.632 mil, R\$ 62.132 mil e R\$ 18.256 mil, respectivamente.

ANEXO II – ITEM 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(conforme artigo 11, inciso I da Resolução CVM 81)

(Anexo inicia na próxima página)

7.3 - Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

As informações abaixo referem-se aos candidatos aos cargos do Conselho de Administração.

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Lucas Barcelos Vargas	07/11/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	07/10/2021
008.992.126-70	Administrador e Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2023	Não	
O Sr. Lucas não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
João Nascimento Nerasti	16/09/1992	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	25/05/2022
037.885.541-77	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2023	Não	
O Sr. João é membro efetivo do Comitê de Auditoria.					
Gregory Louis Reider	14/04/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	26/02/2021
082.825.467-20	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2023	Não	
O Sr. Gregory não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Ariel Lambrecht	03/09/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	26/02/2021
222.267.158-27	Engenheiro	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2023	Não	
O Sr. Ariel não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Andrea Di Sarno Neto	22/07/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	26/02/2021

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Data de início do primeiro mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
364.726.748-17	Economista	24 – Presidente do Conselho de Administração Independente	29/04/2023	Não	
O Sr. Andrea não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					
Eduardo Orlando L'Hotellier	29/01/1985	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	26/02/2021
064.464.276-97	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	29/04/2023	Não	
O Sr. Eduardo também é Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, cargo para o qual foi eleito em reunião do Conselho de Administração realizada em 28/03/2023, para o mandato de 2 (dois) anos a encerrar-se na reunião do Conselho de Administração imediatamente subsequente à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no ano de 2025.					
Claudio Kawa Hermolin	15/09/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2023	2 anos, até a AGO de 2025	29/04/2023
028.008.757-80	Engenheiro	27 – Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2023	Não	
O Sr. Claudio não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Lucas Barcelos Vargas – 008.992.126-70 Lucas Vargas é sócio e CEO da Nomad, fintech que democratiza acesso a brasileiros ao mercado financeiro global, membro do Conselho de Administração da MPD Engenharia e investidor de startups. Lucas liderou a venda de 100% das ações do Grupo ZAP, marketplace de imóveis, em outubro de 2020 para a OLX e anteriormente, Lucas havia passado por empresas como Groupon, Cyrela, Santander e Bain & Company. Lucas tem MBA pela Universidade de Harvard. Ele possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também em Engenharia de Telecomunicações pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). O Sr. Lucas não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
João Nascimento Nerasti – 037.885.541-77

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
João é gestor e analista de renda variável na Indie Capital. Anteriormente trabalhou como analista de equity research buy-side na M Square Brasil entre 2015 e set/17. João é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. João não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
Gregory Louis Reider – 082.825.467-20 Gregory Reider é o Managing Partner da R6 Capital II LLC. Ele atua como Presidente do Conselho da Sequoia Transportes e Logística S.A., Presidente do Conselho da Lojas União 1A99 S.A., e Membro do Conselho da Pet Center Comercio e Participações S.A. Entre 2012-2020 foi Principal no Warburg Pincus LLC. Anteriormente liderou a área de private equity da BR Partners, e trabalhou na Och-Ziff Capital Management. Gregory Reider é formado cum laude em Economia pela Yale University. O Sr. Gregory não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
Ariel Lambrecht – 222.267.158-27 Ainda na faculdade, quando cursava Engenharia Mecatrônica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Ariel Lambrecht, criou com o colega Renato Freitas o Ebah, uma rede social para alunos e professores compartilharem materiais de estudo. O negócio ganhou um prêmio de empreendedorismo na Poli, alcançando mais de 4 milhões de usuários cadastrados e mais de 200 mil documentos compartilhados. Em 2019, o Ebah foi adquirido pela empresa italiana Docsity. Depois de se formar, Ariel trabalhou por quatro anos no Google na Irlanda e aproveitou o que aprendeu para montar uma consultoria de Marketing Online e ajudar as empresas a melhorar seu posicionamento no site de busca. Foi durante viagens que vieram as ideias para os seus negócios mais conhecidos, a empresa de ride hailing 99 e a empresa de compartilhamento de bicicletas e patinetes Yellow. No primeiro caso, precisava pegar um táxi na Alemanha quando soube que existia um aplicativo para isso. No segundo, viajava para a China para negociar a venda da 99 quando conheceu empresas com um modelo de compartilhamento de bicicletas sem estações físicas. Hoje, Ariel é Investidor Anjo e mentor em diversas startups da América Latina e gosta de ajudar empreendedores a criar produtos com foco no cliente e de grande impacto. O Sr. Ariel não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
Andrea Di Sarno Neto – 364.726.748-17 Andrea Di Sarno Neto é sócio e lidera a área de estruturação e de ativos líquidos da Galapagos Capital. Foi sócio associado do BTG Pactual, onde trabalhou entre os anos de 2011 e 2019 como Principal no time de Merchant Banking, período em que participou do Conselho de Administração de diversas empresas. Antes de juntar-se ao BTG Pactual, foi analista de Structuring no Banco Credit Suisse, onde foi responsável por inúmeras operações de financiamento, assessoria financeira e transações de mercado de capitais em diferentes indústrias. É formado em Direito na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EDES-FGV), devidamente inscrito na OAB/SP, e em Economia na Universidade de São Paulo (FEA-USP). O Sr. Andrea não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
Eduardo Orlando L'Hotellier – 064.464.276-97

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Eduardo Orlando L'Hotellier formou-se em 2008 em Engenharia da Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), tendo cursado de forma concomitante Administração na UFRJ (não concluído). No último ano de sua graduação cursou pós-graduação em Finanças pela COPPEAD. Durante a Graduação fez estágios relacionados a tecnologia e negócios tendo passado pela Milestone (atual AfferoLab), Accenture e Bain&Capital. Em 2009 inicia sua carreira profissional como Business Analyst na McKinsey&Company, seguido de uma passagem em M&A na AngraPartners. Final de 2010, enquanto trabalhava na AngraPartners iniciou um protótipo que deu origem ao GetNinjas ao se deparar como era difícil para clientes encontrarem prestadores de serviços de confiança. Em março de 2011, aos 27 anos, começa a se dedicar exclusivamente ao GetNinjas, em setembro de 2011 conclui o processo da primeira captação do GetNinjas com a Monashees Capital e Kaszek Ventures profissionalizando a companhia e assumindo o cargo de CEO que o mantém desde então. O Sr. Eduardo Orlando L'Hotellier não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.
Claudio Kawa Hermolin – 028.008.757-80 Engenheiro Civil, formado na PUC RJ com pós-graduação no IAG, FGV e Harvard Business School. Profissional com 29 anos de experiência no mercado imobiliário em diversas funções de liderança, em empresas de engenharia, incorporação e intermediação, como a Even, PDG e Brasil Brokers, assim como, em entidades de classe, como a ADEMI RJ, Secovi SP, Sinduscon RJ e CBIC. Hoje exercendo a função de Country Manager da eXp Brasil, além de Conselheiro da Morar Construtora e Incorporadora e da Primaz Corporte. Atua também como advisor e investidor anjo em Proptechs e Construtechs. O Sr. Claudio não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Tipo de condenação	Descrição da condenação
Lucas Barcelos Vargas – 008.992.126-70	
N/A	N/A
João Nascimento Nerasti – 037.885.541-77	
N/A	N/A
Gregory Louis Reider – 082.825.467-20	
N/A	N/A
Ariel Lambrecht – 222.267.158-27	
N/A	N/A
Andrea Di Sarno Neto – 364.726.748-17	

Tipo de condenação	Descrição da condenação
N/A	N/A
Eduardo Orlando L'Hotellier – 064.464.276-97	
N/A	N/A
Claudio Kawa Hermolin – 028.008.757-80	
N/A	N/A

7.4 - Composição dos comitês

As informações abaixo contemplam os cargos atualmente ocupados pelos candidatos aos cargos do Conselho de Administração da Companhia com relação aos comitês de assessoramento da Companhia.

Nome	Tipo de comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data de posse	Data de início do primeiro mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data de eleição	Número de mandatos consecutivos	
Outros cargos e funções exercidos na Companhia						
João Nascimento Nerasti	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não Estatutário	Membro independente do Comitê (Efetivo)	16/09/1992	28/03/2023	28/03/2023
037.885.541-77		Engenheiro		28/03/2023	0	0%
Membro independente do conselho de administração da Companhia.						

Experiência profissional / Tipo de condenação
João Nascimento Nerasti – 037.885.541-77
João é gestor e analista de renda variável na Indie Capital. Anteriormente trabalhou como analista de equity research buy-side na M Square Brasil entre 2015 e set/17. João é graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).
O Sr. João não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Tipo de condenação	Descrição da condenação
João Nascimento Nerasti – 037.885.541-77	
N/A	N/A

7.5 – Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a candidatos aos cargos do Conselho de Administração indicados no item 7.3 acima e a administradores da Companhia, controladas e controladores.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

**ANEXO III – DECLARAÇÃO ACERCA DA INDEPENDÊNCIA DE
MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

(Anexo inicia na próxima página)

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Andrea Di Sarno Neto

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Ariel Lambrecht

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Gregory Louis Reider

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Lucas Barcelos Vargas

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

João Nascimento Nerasti

Ao Conselho de Administração da Getninjas S.A.

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ref.: Declaração acerca da independência de candidato a membro do Conselho de Administração da Getninjas S.A. para fins do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Tendo em vista que as ações de emissão da Getninjas S.A. (“**Companhia**”) estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Novo Mercado**”), venho, por meio desta e para fins dos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”), declarar que não:

- (i) sou acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- (ii) tenho o exercício de meu voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- (iii) sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até segundo grau do acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador do seu acionista controlador;
- (iv) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (v) sou afim até segundo grau de acionista controlador ou de administrador da Companhia, ou de administrador de seu acionista controlador;
- (vi) fui, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (vii) tenho relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- (viii) ocupo cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da Companhia; e
- (ix) recebo outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Dessa forma, confirmo meu enquadramento como membro independente segundo os critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e solicito que esta declaração seja encaminhada à apreciação e ratificação da Assembleia Geral da Companhia.

Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo.

Claudio Kawa Hermolin

ANEXO IV – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 13, inciso II, da Resolução da CVM nº 81)

(Anexo inicia na próxima página)

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2021, que estabelece os princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia ("**Política de Remuneração**"). A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da Companhia (ri.getninja.com.br) e no sistema Empresas.Net da CVM.

O objetivo da Política de Remuneração dos Administradores é estabelecer regras e diretrizes para a determinação da remuneração dos Administradores, de forma que a remuneração seja ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção de profissionais qualificados e alinhados com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e criação de valor. Desta forma, por meio de procedimentos formais e transparentes a Política de Remuneração dos Administradores busca valorizar a meritocracia, reconhecendo esforço e habilidades diferenciadas que gerem resultados para a Companhia, sem comprometer o equilíbrio interno e trabalho em equipe.

A Companhia esclarece que anteriormente à aprovação da referida Política de Remuneração, Companhia adotava prática de remuneração adequada ao seu porte e tipo societário (Sociedade por Ações de Capital Fechado) e considerava uma remuneração variável global a ser dividida entre os Diretores, considerando o seu desempenho individual e o desempenho da Companhia. Logo, os dados referentes aos exercícios anteriores não refletem a estrutura de remuneração implantada na Companhia em razão da adoção da Política de Remuneração.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração também é responsável por definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos Administradores, bem como aprovar programas de remuneração baseada em ações e outorgas de ações no âmbito dos planos aprovados em Assembleia Geral.

A área de Pessoas & Cultura conduz periodicamente pesquisas de mercado, por meio de abordagem a profissionais e/ou por consulta a empresas especializadas que forneçam referidas pesquisas, para que possa verificar a adequação da remuneração ao porte da Companhia e função exercida, a fim de que ajustes ou discrepâncias possam ser apontadas à deliberação oportuna do Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado para usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

A área de pessoas e cultura da Companhia é responsável por conduzir periodicamente pesquisas, por meio de abordagem a profissionais externos, levantamento de dados publicamente disponíveis e/ou por consulta a empresas especializadas que forneçam referidas pesquisas em relação a empresas do setor de tecnologia que tenham porte semelhante ao da Companhia.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração tem como objetivo incentivar os Diretores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa, incluindo benefícios diretos e indiretos; (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada ou referenciada em ações; e (iv) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os Conselheiros independentes farão jus a (i) remuneração fixa mensal; e (ii) remuneração por participações em comitês quando, de fato, integrarem tais órgãos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária é baseada no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas por cada membro. É composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, orientada por pesquisas salariais aderentes ao segmento de atuação da Companhia e definido de acordo com a negociação individual com cada membro.

Todos os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis a benefícios que contemplam: (i) assistência médica extensiva aos dependentes; e (ii) vale-alimentação; entre outros.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão fazer jus a uma remuneração variável de curto prazo (bônus), atrelada ao atingimento de metas de performance definidas pela Companhia. A remuneração variável de curto prazo (bônus) busca oferecer aos diretores uma retribuição pelo seu desempenho e engajamento no atingimento dos objetivos elencados pela Companhia. Ao final de cada exercício, quando encerradas as demonstrações financeiras anuais, a Companhia irá apurar o atingimento das metas. O pagamento da remuneração variável de curto prazo (bônus), quando devido, acontecerá no primeiro trimestre do exercício subsequente à apuração.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis a uma remuneração variável de longo prazo que tem como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo de acionistas e diretores. Essa modalidade de remuneração variável de longo prazo visa ainda reforçar a capacidade de

atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas. Para mais informações sobre o plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia em vigência na data deste Formulário de Referência, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia esclarece que, anteriormente à formalização da Política de Remuneração em 2021, a prática de remuneração variável de curto prazo (bônus) da Diretoria Estatutária não estabelecia variações de valores mínimos e máximos a serem pagos em diferentes cenários (e.g., performance abaixo do esperado, performance conforme o esperado e performance acima do esperado), sendo que em caso de não atingimento das metas nenhum valor seria devido à título de bônus e em caso de atingimento de metas o bônus previsto no plano de remuneração era devido em sua integralidade.

Diretoria Não Estatutária

A remuneração global dos diretores não estatutários da Companhia é determinada com base nas condições de mercado e nas convenções trabalhistas dos sindicatos aplicáveis, sendo constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; e (iv) para determinados diretores não estatutários, remuneração baseada ou referenciada em ações. A remuneração fixa dos membros da Diretoria Não Estatutária é baseada no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	33%	8,3%	65,8%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	35%	15,9%	49,1%	100%
Diretoria Não Estatutária	69%	17,3%	13,7%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
% em relação à remuneração total				
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	88%	12%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	100%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitês estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A

Principais indicadores de desempenho

O montante equivalente à remuneração dos membros do Conselho de Administração será definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado, sendo que o Presidente e o Vice- Presidente do Conselho de Administração podem receber honorários superiores aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente a seus cargos.

Já o montante equivalente à remuneração fixa dos membros da Diretoria é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado de empresas do mesmo porte da Companhia. Além disso, os diretores podem fazer jus a uma remuneração variável, que poderá ser composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, conforme abaixo:

- *Curto prazo:* A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto prazo da Companhia e está diretamente atrelada a seu desempenho financeiro e operacional. Na remuneração variável de curto prazo que lhes pode ser atribuída, as metas dos diretores estarão atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia; e
- *Longo prazo:* A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores, bem como reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opções de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas.

Para aferir o desempenho individual dos administradores da Companhia, com relação à remuneração fixa, são considerados os seguintes indicadores: (a) mérito, quando há reconhecimento de habilidades de alta performance, prática de comportamentos esperados e resultados efetivamente entregues no desempenho das atividades; (b) promoção, em função do acesso do diretor a um nível de maior complexidade em relação ao atual, podendo ocorrer em qualquer época; (c) reavaliação do cargo, com base na revisão do posicionamento do cargo na tabela salarial, decorrente da alteração de seus deveres e responsabilidades, buscando a manutenção da consistência interna da estrutura de cargos e salários; e (d) enquadramento,

decorrente da adequação anual da remuneração fixa à evolução do mercado de referência com base em pesquisas de mercado.

Por sua vez, para avaliar a adequação e determinação dos cálculos da remuneração variável da Administração da Companhia, são considerados de maneira equitativa os seguintes parâmetros: (a) Indicadores Econômico Financeiros definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, quando aplicável; (b) metas individuais, as quais devem estar ligadas ao relacionamento com investidores e clientes, melhorias operacionais, crescimento qualificado do portfólio de atuação da Companhia (conquista de novos negócios ou negócios correlatos no portfólio atual) e metas de sustentabilidade relacionadas com as atividades do diretor e com sua atuação para o crescimento da Companhia; e (c) avaliação de competências em 360º referente às competências organizacionais, que são medidas por meio de comportamentos.

Com relação ao item (a) acima, atualmente os Indicadores Econômico-Financeiros utilizados para apurar definir a remuneração variável da administração são a receita líquida e métricas operacionais da Companhia (e.g. compra de moedas, taxa de fechamento, aquisição de novos profissionais para a plataforma, entre outros).

O montante devido a membros externos que eventualmente venham a compor o Comitê de Auditoria será definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

Metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração fixa segue parâmetros de mercado para as funções de cada membro da administração da Companhia, reajustáveis conforme estabelecido na Política de Remuneração da Administração do Getninja e respectivo contrato celebrado entre a Diretoria e a Companhia, bem como, a remuneração variável é estabelecida em razão de desempenho e atingimento de metas de desempenho. A área de Pessoas & Cultura conduz periodicamente pesquisas de mercado, por meio de abordagem de profissionais e/ou por consulta a empresas especializadas, para que possa verificar a adequação da remuneração ao porte da Companhia e função exercida, a fim de que ajustes ou discrepâncias possam ser apontadas à deliberação oportuna do Conselho de Administração.

O valor global máximo a ser pago aos nossos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir a competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(v) membros não remunerados

Não aplicável, tendo em vista que nenhum membro da administração renunciou à sua respectiva remuneração. Não obstante, a Companhia esclarece que o Diretor Presidente e de Relação com Investidores e a Diretora Financeira da Companhia não recebem remuneração adicional em razão dos cargos que ocupam no Conselho de Administração da Companhia. Suas respectivas remunerações são pagas como contraprestação pelos serviços prestados como Diretores Estatutários da Companhia.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	N/A	11
Nº de membros remunerados	5	4	N/A	9
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.230.000,00	3.590.556,00	-	4.820.556,00
Benefícios diretos e indiretos	-	152.626,00	-	152.626,00
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	0	1.734.352,00	-	1.734.352,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em a��es, incluindo opções*	-	4.096.739,00	-	4.096.739,00
Observa��o	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /N��01/2023, o número de membros do Conselho de Administra��o foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /N��01/2023, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /N��01/2023, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remunera��o	1.230.000,00	9.574.273,00	-	10.804.273,00

* O valor informado foi calculado considerando a apropria  o contábil das opções outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como o valor justo das opções calculado em consonância com as normas contábeis vigentes.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	N/A	9
Nº de membros remunerados	5	2	N/A	7
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.037.022,00	1.789.796,00	N/A	2.826.818,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	81.520,00	N/A	81.520,00
Participação em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	890.387,00	N/A	890.387,00
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções*	0,00	5.322.867,00	N/A	5.322.867,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2023, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2023, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	-
Total da remuneração	1.037.022,00	8.084.570,00	N/A	9.121.592,00

* O valor informado foi calculado considerando a apropriação contábil das opções outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como o valor justo das opções calculado em consonância com as normas contábeis vigentes.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	N/A	9
Nº de membros remunerados	3,2	2	N/A	5,2
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	379.000,00	1.653.996,00	N/A	2.032.996,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	842.520,00	N/A	842.520,00
Participação em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	-
Remuneração variável				
Bônus	0,00	758.685,00	N/A	758.685,00
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções*	0,00	2.070.402,00	N/A	2.070.402,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2022, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2022, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	-
Total da remuneração	379.000,00	4.567.335,00	N/A	4.946.335,00

* O valor informado foi calculado considerando a apropriação contábil das opções outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como o valor justo das opções calculado em consonância com as normas contábeis vigentes.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2	N/A	2
Nº de membros remunerados	0	2	N/A	2
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	907.802,2	N/A	907.802,2
Benefícios diretos e indiretos	-	89.923,8	N/A	89.923,8
Participação em comitês	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	N/A	-
Remuneração variável				
Bônus	-	161.160,00	N/A	161.160,00
Participação de resultados	-	-	N/A	-
Participação em reuniões	-	-	N/A	-
Comissões	-	-	N/A	-
Outros	-	-	N/A	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	-	-	N/A	-
Cessação do cargo	-	-	N/A	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	N/A	-
Observação	-	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP /Nº01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	-	1.156.886,02	N/A	1.156.886,02

8.3 - Remuneração variável por órgão

Prevista para 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	0	11
Nº de membros remunerados	5	4	0	9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	480.769,00	-	480.769,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.442.307,00	-	1.442.307,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	961.538,00	-	961.538,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-

31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	-	9
Nº de membros remunerados	5	2	-	9
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		476.993,00	-	476.993,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.430.979,00	-	1430.979,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	953.986,00	-	953.986,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	890.387,00	-	890.387,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2	-	9
Nº de membros remunerados	3,2	2	-	5,2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	246.685,00	-	246.685,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	758.685,00	-	758.685,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	512.000,00	-	512.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	758.685,00	-	758.685,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	2	0	2
Nº de membros remunerados	0	1	0	1
Bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	161.160,00	-	161.160,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	161.160,00	-	161.160,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	161.160,00	-	161.160,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	161.160,00	-	161.160,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Para maiores informações acerca da prática de remuneração variável de curto prazo (bônus) adotada pela Companhia anteriormente à formalização da Política de Remuneração em 2021, veja o item 8.1(b) deste Formulário de Referência.

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o qual foi aditado em 29 de abril de 2022 (“**Plano**”), cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”) aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, além de pessoas naturais que a elas prestem serviço, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração (“**Pessoas Elegíveis**”), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano (“**Participantes**”).

O Plano contempla uma diluição máxima de até 5%, considerando o capital social existente na Data da Outorga das Opções, sendo certo que a Companhia pretende outorgar opções nos termos do respectivo Plano até a data de lançamento de sua Oferta Pública Inicial de Ações, sem prejuízo de eventuais outorgas posteriores, referente a possível saldo.

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeito a determinadas condições, adquiram Ações, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis na condição de investidores e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021 e aditado em 29 de abril de 2022.

(c) número máximo de ações abrangidas

O Plano prevê a abrangência de um número de ações que não exceda 5% das ações representativas do capital social total da Companhia na Data de Outorga das Opções. O número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano deverá estar sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade de Opções outorgada poderá ser ajustada, a critério do Conselho de Administração, que realizará os ajustes apropriados nas outorgas de opções nos termos do Programa, em razão do aumento ou da diminuição de ações representativas do capital social da Companhia.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração da Companhia aprovará a outorga de opções, elegendo os outorgados em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais Opções. Cada opção

dará direito ao outorgado de subscrever ou adquirir uma Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos nos respectivos programas e/ou contratos de opção.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será o valor aprovado pelo Conselho de Administração na Data de Outorga.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício será de até um ano contado do fim dos respectivos Períodos de Carência ou *Vesting*, desde que respeitadas as condições para exercício estabelecidas no Contrato de Opção.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou vender Ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

(i) restrições à transferência das ações

Não há previsão de restrição à transferência das ações adquiridas ou subscritas no âmbito do Plano.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral da Companhia, pela dissolução ou liquidação da Companhia, ou até que o número máximo de ações previsto no Plano seja alcançado e as ações objeto de contrato de opção sejam efetivamente entregues a cada outorgado, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Quando da aprovação dos programas ou dos contratos de opção, serão fixadas regras relativas ao tratamento que será dado às opções outorgadas nas hipóteses de desligamento do outorgado da Companhia. Deverão ser consideradas, pelo menos, as hipóteses em que o outorgado (i) se desligue por vontade própria, (ii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador; (iii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, e (iv) venha a falecer ou se tornar permanentemente inválido.

8.5 - Remuneração baseada em ações (opções de compra de ações)

Prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	5	4
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 0,01
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	2%

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	R\$ 0,01
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	2%

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	3,2	2
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
b. Das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções em aberto	-	2%

Anteriormente à aprovação do Plano e do Primeiro Programa em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações, motivo pelo qual este item 8.5 não é aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Previsto para o Exercício Social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	5	4
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	1.034.746
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20/03/2023, 20/03/2024, 20/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	-	1 ano após <i>vesting</i>
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	R\$ 10,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 10.450.934,60

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	1.034.746
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20/03/2023, 20/03/2024, 20/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	-	1 ano após <i>vesting</i>
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	R\$ 10,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 10.450.934,60

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	3,2	2
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	1.034.746
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Dividido em 4 tranches com período carência de 1 ano para cada
Prazo máximo para exercício das opções	-	1 ano após <i>vesting</i>
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A

Valor justo das opções na data de cada outorga	-	R\$ 10,10
Multiplificação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 10.450.934,60

Anteriormente à aprovação do Plano e do Primeiro Programa em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações, motivo pelo qual este item 8.6 não é aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.7 - Opção em aberto

Exercício social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	776.060
Data em que se tornarão exercíveis	-	20/03/2023, 20/03/2024, 20/03/2025
Prazo máximo para exercício das opções	-	1 ano após o <i>vesting</i>
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 6,20
Valor justo das opções no último dia do exercício social		R\$ 10,10
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	0	258.687
Prazo máximo para exercício das opções	-	20/03/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 6,20
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 10,10
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	2.612.734

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi exercida pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	5	4
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	2,94%

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	2,94%

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	3,2	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	2,94%

8.10 - Outorga de ações

Previsto para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	4
Nº de membros remunerados	5	4
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	1.034.746
Prazo máximo para entrega das ações	-	20/03/2026 (1 ano após término do último período de carência)
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10.450.934,60

Exercício Social encerrado em 31/12/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	5	2
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	1.034.746
Prazo máximo para entrega das ações	-	20/03/2026 (1 ano após término do último período de carência)
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10.450.934,60

Exercício Social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº de membros remunerados	3,2	2
Data de outorga	-	20/08/2021
Quantidade de ações outorgadas	-	1.034.746
Prazo máximo para entrega das ações	-	20/03/2026 (1 ano após término do último período de carência)
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10,10
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$10.450.934,60

Anteriormente à aprovação do Plano e do Primeiro Programa em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações, motivo pelo qual este item 8.6 não é aplicável ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

8.11 - Ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que não houve entrega de ações de emissão da Companhia para administradores nos últimos três exercícios sociais.

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

A metodologia aplicada para avaliação das opções foi a Black-Scholes, cuja fórmula foi desenvolvida na década de 70 por Fisher Black, Robert Merton e Myron Scholes. Também conhecido como Black-Scholes-Merton, BlackScholes é um modelo amplamente difundido para precificação de opções e é utilizado para calcular o valor teórico das opções usando uma série de variáveis, como os preços atuais das ações, preço de exercício da opção, dividendos esperados, taxas de juros projetadas, tempo de expiração e volatilidade esperada.

O modelo possui algumas premissas, como comportamento do preço da ação corresponde a um modelo lognormal com desvio padrão e média constante; ausência de custos de transação; contratos divisíveis; ausência de possível arbitragem; negociação de títulos e ações contínua; investidores possuem a mesma taxa livre de risco, sendo ela constante no curto prazo. Apresentamos abaixo as fórmulas Black-Scholes utilizadas para os cálculos dos valores de uma opção de compra (call) e de venda (put):

$$C = S_0 N(d_1) - K e^{-rt} N(d_2) \quad P = K e^{-rt} N(-d_2) - S_0 e^{-qT} N(-d_1)$$

Onde: C é o valor da opção de compra, S é o valor atual do ativo-objeto, N é o valor da função de distribuição normal padrão acumulada, K é o preço de exercício da opção, r é a taxa de juros livre de risco, T é tempo até a data de vencimento das opções e d1 e d2 são os chamados desvios padronizados, calculados em função da volatilidade dos ativos, do tempo até o vencimento, do preço de exercício e da taxa livre de risco. As fórmulas dos desvios padronizados são as seguintes:

$$d_1 = \frac{\ln(S_0 / K) + (r + \sigma^2 / 2)T}{\sigma \sqrt{T}}$$

$$d_2 = \frac{\ln(S_0 / K) + (r - \sigma^2 / 2)T}{\sigma \sqrt{T}} = d_1 - \sigma \sqrt{T}$$

A taxa de juros livre de risco (r) equivale ao retorno que depende do risco da ação. Quanto maior o risco, maior deve ser o seu retorno. Adicionalmente, o mercado de ações é influenciado pela taxa de juros da economia, dado que ela baliza os retornos esperados para todos os ativos. Já a volatilidade dos preços da ação representa o grau de incerteza em relação ao retorno esperado. A volatilidade pode ser apurada indiretamente, por meio da volatilidade implícita. Ela é uma referência para as estimativas usadas pelos outros agentes do mercado e, por meio dela, pode-se calcular o valor de outras opções de uma mesma ação.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação considerou as seguintes premissas:

Preço Médio Ponderado das Ações	R\$11,21
Preço de Exercício	R\$6,20
Volatilidade Esperada	67,37%
Prazo de Vida das Opções	2 anos, sendo 1 ano de prazo de carência e 1 ano prazo de exercício.
Taxa de Juros Livre de Risco	8,77%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Considerando que o Plano sujeita o exercício das opções ao transcurso integral do período de carência (exceções pontuais em caso de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário), o método não considera o exercício antecipado das opções, adotando como premissa o exercício das opções após os respectivos prazos de carência.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi estimada em 37,04% no primeiro ano; 61,43% no segundo ano; 78,46% no terceiro ano e 92,55% no último ano, com base na volatilidade de empresas de capital aberto semelhantes ao GetNinjas em outros países.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

As características relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

8.13 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações de emissão da Companhia, por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data deste Formulário de Referência:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração ⁽¹⁾	9.076.370	17,867919%
Diretoria	0	0

⁽¹⁾ Considera as participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

Com exceção das ações acima e das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia na data deste Formulário de Referência.

8.14 - Planos de previdência

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Valores anuais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº total de membros	2	2	2	7	7	0	-	-	-
Nº de membros remunerados	2	2	2	5	3,2	0	-	-	-
Valor da maior remuneração (Reais)	5.668.034,00	3.122.478,00	1.070.707,13	300.000,00	112.500,00	-	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	2.416.535,00	1.444.858,00	88.178,89	90.000,00	41.500,00	-	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	4.042.285,00	2.283.667,50	579.443,01	207.404,40	118.437,50	-	-	-	-

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	Considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.
31/12/2021	Considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.
31/12/2020	-
Conselho de Administração	
31/12/2022	Não considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.

31/12/2021	Não considera a remuneração dos Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração.
31/12/2020	-
Conselho Fiscal	
31/12/2022	-
31/12/2021	-
31/12/2020	-

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

A apólice, com vigência até 10 de agosto de 2023, foi contratada junto a Austral Seguradora S.A. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$50.716,96 (cinquenta mil, setecentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), com limite máximo de garantia, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

A Companhia esclarece que atualmente não possui um acionista ou grupo de acionistas controlador. No entanto, em 2019 e 2020, a Companhia era controlada diretamente pela Fosthall Holdings LLC e indiretamente pela Getninjas Holdings Ltd. A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas à Fosthall Holdings LLC e/ou à Getninjas Holdings Ltd. nos três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	0%	0%	91,77%
Conselho Fiscal	-	-	-

8.18 - Remuneração - Outras funções

Não aplicável, uma vez que não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e não se prevê para o exercício social corrente.

8.20 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais ao item 8.